

AÇÕES RECENTES MOVIMENTAM STF E CONGRESSO NACIONAL

Antonio Biondi
Jornalista

Os meses de abril e maio de 2008 foram marcados por importantes mobilizações e debates a respeito de cotas e políticas afirmativas no Brasil. A movimentação foi ampliada pela comemoração dos centésimo-vigésimo aniversário da Abolição. Chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF), a quem cabe julgar ações judiciais que contestam a constitucionalidade

de da adoção de cotas por universidades públicas, dois manifestos, que reafirmam justamente as duas posições antagônicas quanto ao assunto.

No dia 30 de abril, um grupo de intelectuais, sindicalistas, empresários e ativistas de movimentos negros entregou ao presidente do STF, Gilmar Mendes, o manifesto “113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais”, que pede a suspensão das cotas para negros nas

universidades, bem como a suspensão do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Entre os 113 signatários figuram Eunice Durham, Ferreira Gullar, Gerald Thomas, João Ubaldo Ribeiro, José Arbex Jr., José Goldemberg, José de Souza Martins, Maria Herminia Tavares de Almeida, Reinaldo Azevedo, Roberto Romano da Silva, Ruth Cardoso e Wanderley Guilherme dos Santos.

No dia 13 de maio, foi entregue

ao presidente do STF o manifesto “120 Anos da Luta pela Igualdade Racial no Brasil”, que se coloca como “em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas”. Traz mais de 700 assinaturas, entre as quais as de Augusto Boal, Emir Sader, Fabio Konder Comparato, Frei David, Heloisa Fernandes, João Pedro Stédile, Jorge Furtado, Margareth Menezes, Miguel Arroyo, MV Bill, Nelson Pereira dos Santos, Oscar Niemeyer, Paulo Betti, Sérgio Haddad, Taís Araújo e Zezé Motta, e o apoio de entidades como Educafro e Movimento dos Sem Universidade.

A pressão sobre o Judiciário gerou efeitos na Câmara dos Deputados, onde a Comissão de Direitos Humanos e Minorias elaborou nota oficial de apoio às cotas. Além disso, os deputados colocaram na pauta de votação o projeto de lei que prevê a criação de cotas para negros, índios e alunos de escolas públicas em todas as universidades federais (PL 73/99), cuja tramitação se encontrava paralisada há quatro anos.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação (MEC) optou por não indicar representantes para conceder uma entrevista sobre o tema. Ao ser indagada por e-mail sobre se “o MEC possui algum programa ou política de incentivo” à adoção das cotas nas universidades, sua assessoria de imprensa limitou-se a sugerir a leitura do sítio do ministério na Internet, indicando o *link* onde poderiam ser encontradas “as demais políticas da Secretaria de Educação Superior”.

“O silêncio diante das desigualdades é um absurdo”, diz Renato Ferreira, pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj

Renato Ferreira é pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP-UERJ), onde coordena o Programa Políticas da Cor, dedicado a estudar a adoção de políticas afirmativas nas universidades brasileiras. Ele considera absurdo que muitas universidades não estejam debatendo a questão. “Contra ou a favor, pouco importa num primeiro momento, o que é inadmissível é o silêncio diante de tanta desigualdade”.

Para ele, “o Brasil vive um significativo processo de inclusão dos grupos historicamente excluídos no ensino superior”. Ferreira explica que “as cotas são uma das formas de políticas afirmativas ou de inclusão” e que as universidades estaduais do Rio foram pioneiras na adoção de tais políticas, em 2003. Hoje, segundo o pesquisador, 79 universidades públicas adotam algum tipo de política de inclusão (vide Quadro 7).

Trata-se de “um processo lento e gradual, mas profundamente transformador”, que “promove a diversidade” e coloca “um fim à invisibilidade das desigualdades



Renato Ferreira, do LPP-Uerj

raciais”. Ferreira destaca como ponto negativo o debate ainda não ter chegado à pós-graduação, assim como sua preocupação com o sucateamento de políticas de assistência estudantil.

Uma das referências na área, e signatário do manifesto pró-cotas, ele entende que o MEC deveria se posicionar de modo mais ativo diante das políticas de inclusão, de forma coerente com a posição do governo Lula e sem ferir a autonomia das instituições. O governo poderia “divulgar mais dados sobre as desigualdades no Ensino superior”, ou buscar o diálogo “para fomentar que mais universidades adiram às políticas de inclusão”.

Quanto ao Programa Universidade para Todos (Prouni), que possui medidas afirmativas para negros e indígenas, e que deve oferecer cerca de 400 mil bolsas nos próximos anos, ele avalia como uma “grande políti-

Daniel Garcia

**Douglas Belchior**

ca de inclusão, uma vez que a maioria das vagas do ensino superior está nas instituições privadas”.

“São Paulo é a ilha do elitismo no ensino superior, a grande ilha da exclusão”, protesta Douglas Belchior, da Educafro

Douglas Belchior, professor de história, integrante da coordenação nacional da entidade Educafro, entende que houve “avanços enormes” nas políticas afirmativas no Brasil nos últimos anos, lembrando que há alguns anos começaram as vitórias na Justiça garantindo isenção de taxas nos vestibulares para estudantes carentes. Os avanços se percebem, diz ele, nas universidades federais,

QUADRO 7- Os números da inclusão nas universidades segundo o LPP/UERJ

- 79** universidades públicas adotam algum tipo de política de inclusão em seu vestibular
- 39%** das instituições federais adotam algum tipo de política de inclusão
- 36%** das instituições de ensino superior públicas adotam algum tipo de política de inclusão
- 54** universidades implementaram cotas étnico-raciais em seu vestibular
- 35** instituições possuem medidas afirmativas para negros
- 32** instituições, das 35 citadas, adotam as cotas e 3 o sistema de bonificação por pontos
- 7** instituições em São Paulo adotam medidas afirmativas para negros – é o Estado que possui mais universidades adotando esse tipo de mecanismo
- 37** instituições adotam ações afirmativas para indígenas
- 18** instituições paranaenses adotam políticas específicas para os indígenas
- 17** universidades, sobretudo no Nordeste, estabelecem medidas somente para estudantes de escola pública
- 1** instituição adota o sistema de cotas somente para alunos pobres, independentemente de serem oriundos da rede pública ou privada de ensino

Fonte: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ – “O mapa das ações afirmativas no Ensino Superior” (2007)

com novos *campi* e instituições criados já com políticas afirmativas.

O coordenador da Educafro destaca, contudo, que as universidades estaduais não acompanham o processo. “Em São Paulo, especialmente. É a ilha do elitismo no ensino superior, a grande ilha da exclusão, do preconceito, do racismo”, e onde se evidencia a “briga com a nata da burguesia nacional, apoiada pela imprensa conservadora e contrária às cotas”.

De acordo com Belchior, a Educafro defende que as “cotas para

negros nas universidades têm que ser proporcionais à população do Estado e do país”. Assim, “se em São Paulo há 31% de negros, tem que ser 31% de vagas”. Paralelamente às cotas para negros, a entidade defende cotas sócio-econômicas e para as escolas públicas. Ele diz que a Educafro quer um modelo em que as cotas não sejam necessárias, com universidades públicas para todos no país. “Sabemos que as cotas são compensatórias, mas hoje elas são fundamentais”.